

Senado aprova nova lei da educação com polêmica sobre qualificação de professores

Emenda permite que a especialização seja equivalente a mestrado e a doutorado

Marizilda Cruppe/15-12-95

• BRASÍLIA. Numa sessão que durou três horas e meia, o Senado aprovou ontem a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em discussão no Congresso há oito anos. Os senadores aprovaram o substitutivo do senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ). A sessão de ontem foi marcada por uma polêmica: a qualificação exigida para professores universitários. A maioria (51%) deverá ter mestrado, doutorado ou especialização. Entre as principais inovações está a exigência de que a União faça uma avaliação nacional do rendimento escolar em todos os níveis. Como houve alterações na Câmara, o projeto será novamente examinado pelos deputados. O ministro da Educação, Paulo Renato Souza, acompanhou o fim da discussão e vai pedir urgência.

Darcy, aplaudido no fim da sessão, definiu as competências da União, dos estados e dos municípios. Os estados deverão oferecer o ensino médio. Os municípios terão que investir no ensino fundamental e na educação infantil. No campo do ensino fundamental, o ponto mais importante é o que abre a possibilidade de passar de oito para nove anos.

O ensino fundamental começará obrigatoriamente aos sete anos e durará oito. Poderá, de forma facultativa, durar nove

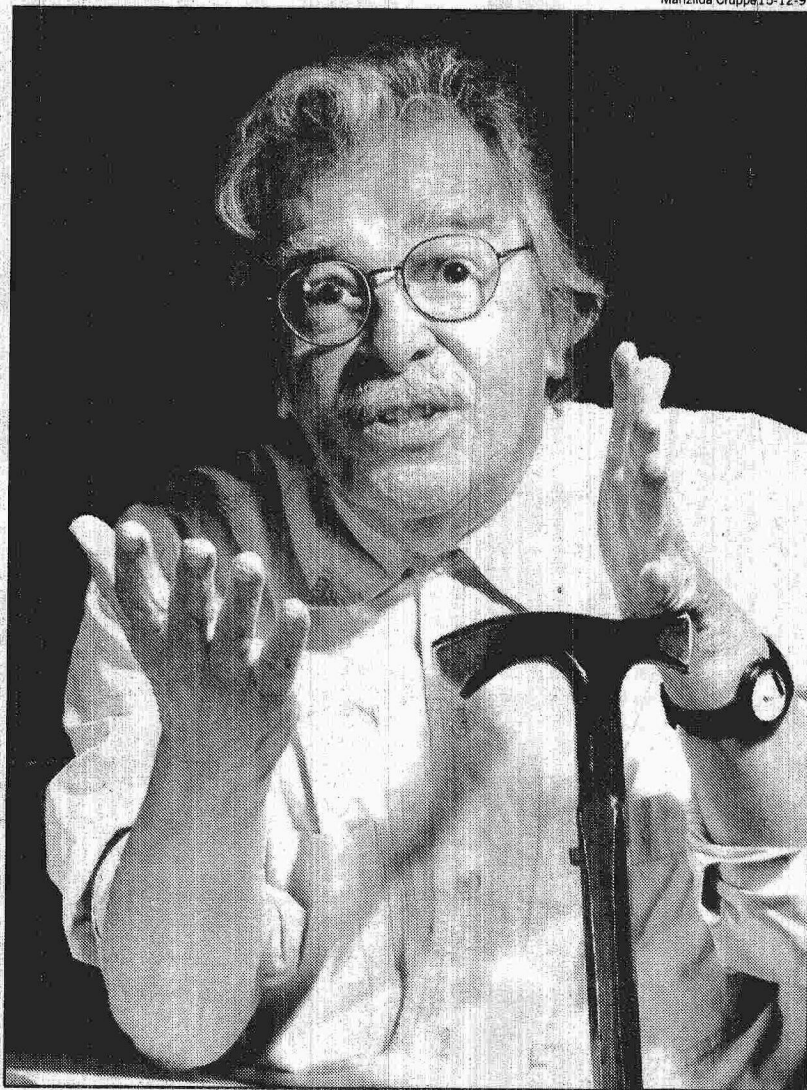
anos, iniciando-se aos seis de idade. A última série do pré-escolar, respeitada a idade mínima de seis anos, será gradativamente incorporada ao ensino fundamental, o que aumentaria também o período do curso para nove anos.

Outra mudança importante ocorre no segundo grau. Será incluída no currículo uma língua estrangeira optativa.

A polêmica sobre a qualificação dos professores universitários surgiu no fim da sessão. O substitutivo previa apenas títulos de mestrado e doutorado, mas a maioria dos senadores ficou contra essa exigência e aprovou duas emendas considerando também como título a especialização.

O argumento dos senadores é que em várias regiões ainda é insuficiente o número de professores com mestrado ou doutorado. Além disso, a mudança prevê que a nova regra deve ser cumprida em oito anos ou até que os sistemas de pós-graduação consigam oferecer condições de formação aos atuais docentes.

— Essa proposta é um absurdo. Isso é o fim da universidade. Fizeram uma besteira muito séria ao aprovar esta emenda. Mesmo assim, estou muito contente por termos aprovado a LDB e porque consegui aprovar 95% do que queria — disse Darcy. ■



SENADOR DARCY Ribeiro: "Fiquei feliz porque aprovei 95% do que queria"